

Mais segurança para a prática de esportes radicais e de aventura

Projeto aprovado ontem na Comissão de Educação define que atividades deverão ser condicionadas à qualificação de profissionais responsáveis por preparar locais e operar equipamentos

Aprovada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte em decisão terminativa, proposta

determina que equipamentos deverão seguir normas de segurança definidas pela entidade nacional de administra-

ção do esporte. Senadores ressaltam acidentes já ocorridos e efeito da entrada em vigor das novas regras. **4**



Elo Loeff, Mauricio Tolmasquim, Valter Pereira e Edilson Rufato na CRA

Senado busca saída para obra de energia em Chapadão do Sul

Comissão de Agricultura e Reforma Agrária debateu ontem uma forma de evitar prejuízos aos produtores rurais do município de Mato Grosso do Sul. A área técnica do governo decidiu instalar linhas de

transmissão de energia na região e representantes locais reclamam da localização. Em busca de uma saída, presidente da comissão, senador Valter Pereira, deve reunir envolvidos novamente nesta semana. **6**



Eduardo Azeredo e Celso Amorim ontem, no debate da CRE: oposição crítica a política externa do governo Lula

Celso Amorim volta a defender diálogo para evitar o isolamento do Irã

Mesmo pressionado pelos senadores da oposição, o chanceler Celso Amorim

disse ontem, na CRE, que ainda acha possível um acordo entre o Irã e a

Agência Internacional de Energia Atômica que evite o isolamento do país. **3**

Proposta que triplica valor da energia de Itaipu é analisada **3**

Recursos de fundo podem recuperar áreas degradadas **7**

Adiamento

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados em Plenário após as 19h de ontem serão publicados na edição do *Jornal do Senado* de amanhã, 8 de abril.

Ampliação de finalidades das fundações

Projeto aprovado na CAE amplia atribuições e prevê a remuneração de dirigentes. **4**



Patrícia Saboya discursa no lançamento da campanha, observada por José Sarney e pela ministra Nilcéa Freire

Apelo por licença ao empresariado

O Senado lançou ontem campanha para sensibilizar as empresas

privadas a concederem a licença-maternidade estendida para seis meses.

Lei de 2008 oferece incentivo fiscal para quem adotar a medida. **2**

Debate: falta qualidade a projetos de obras públicas

Cerca de 80% dos projetos de obras públicas são "rudimentares e sem qualidade ou não estão de acordo com a legislação". A advertência é do secretário de Fiscalização de Obras do TCU, André Luiz Mendes. **5**

CPI da Pedofilia aprova agente infiltrado para caçar criminoso

A CPI da Pedofilia aprovou ontem proposta que permite aos policiais, disfarçados como crianças ou adultos, se infiltrarem em redes de pedófilos na internet, como forma de tornar mais eficaz o combate a esse crime. **6**

Campanha tenta convencer iniciativa privada a conceder às funcionárias os 60 dias adicionais de licença. União arca com custo total da medida, cerca de R\$ 500 milhões



Fátima Cleide, secretária Nilcéa Freire, José Sarney, Patrícia Saboya, Marisa Serrano e a deputada Sandra Rosado

Apelo aos empresários por licença-maternidade maior

O EMPRESARIADO É o próximo alvo do Senado na mobilização nacional em favor da concessão de mais 60 dias de licença-maternidade às trabalhadoras. Ontem, o presidente da Casa, José Sarney, lançou a campanha "Licença-maternidade de seis meses: agora é a vez da empresa", que reúne vídeo, cartazes, carta de sensibilização aos empresários e panfleto sobre as regras para adesão ao Programa Empresa Cidadã. Essa iniciativa surgiu com a edição da Lei 11.770/08 e garante incentivo fiscal ao empregador que decidir ampliar de quatro para seis meses a licença-maternidade de suas funcionárias.

– Para mim, a felicidade está associada à infância, um tempo de descoberta do mundo. Como a primeira coisa que nos marca é o carinho de nossas mães, convoco todos os empregadores a

perceberem a nobreza e a aderir a essa causa, extremamente importante para o futuro do nosso país – conclamou José Sarney.

A campanha foi aberta com a exibição de um vídeo, a ser veiculado pelas emissoras públicas. Em seguida, o presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), Dioclécio Campos Júnior, recordou o início da luta em prol da licença-maternidade de seis meses no Congresso Nacional. Segundo comentou, o ponto de partida foi a apresentação, em 2005, da minuta de projeto que deu origem à Lei 11.770/08, ao então presidente do Senado, Renan Calheiros, e à senadora Patrícia Saboya (PDT-CE), parceira da SBP na criação do Programa Empresa Cidadã.

– Desde então, esta campanha se alastrou pelo país. A adesão do Senado contribui para a sensi-

bilização do empresariado, que, ao abraçar essa causa, estará colocando a infância acima de tudo – afirmou Dioclécio Campos Júnior.

Depois de elogiar o exemplo dado por empresas como Nestlé, Walmart e Eurofarma, pioneiras na concessão da licença-maternidade ampliada, Patrícia Saboya disse não ver razão para as demais não aderirem ao programa. Como ressaltou, o custo dos 60 dias a mais de licença é totalmente coberto pela União, que estima, para 2010, uma renúncia fiscal de R\$ 500 milhões em favor da medida.

Para a secretária especial de Políticas para as Mulheres, Nilcéa Freire, um dos principais méritos do programa é estreitar os vínculos afetivos entre mãe e filho e estabelecer uma maior integração social entre as gerações.

Marisa Serrano propõe campanha nacional

A agenda da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) deve incluir votação de projeto da senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) que cria a Semana Nacional de Prevenção à Gravidez – a ser realizada a partir de 1º de fevereiro.

A semana terá como objetivo disseminar e implementar medidas preventivas e educa-

tivas para reduzir a ocorrência da gravidez não planejada na adolescência. O relator do projeto (PLS 13/10) é Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR).

Marisa Serrano observa que a iniciação sexual acontece principalmente na adolescência, o que é preocupante, pela ocorrência de gestações indesejadas e pela dissemina-

ção de doenças sexualmente transmissíveis.

– A gravidez nessa fase da vida tem sido considerada fator de risco para a mãe e o filho, com complicações como abortamento espontâneo, restrição de crescimento uterino, pré-eclâmpsia e diabetes gestacional, sem falar nos transtornos psicológicos e sociais – alerta.

Sarney é convidado para posse no STF

O ministro Cezar Peluso esteve ontem pela manhã com o presidente do Senado, José Sarney, para entregar o convite da solenidade de posse como presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), marcada para o dia 23 de abril, às 16h.

Também foram recebidos pelo presidente da Casa ontem os ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Cesar Asfor Rocha e Raul Araújo Filho.

Presidente do Senado recebe visita de indicado para STM

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem em seu gabinete visita do ex-consultor jurídico do Ministério da Defesa Artur Vidigal de Oliveira.

O jurista, especialista em Direito Militar, foi escolhido pelo presidente da República, em lista tríplice, para ocupar a vaga de ministro do Superior Tribunal Militar (STM). Artur Vidigal será sabatinado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do

Senado nos próximos dias.

A vaga para a qual foi indicado foi aberta no final de dezembro, quando o ministro Flávio Bierrenbach completou 70 anos e atingiu a idade limite para permanecer em cargo ativo no Judiciário.

O Supremo Tribunal Militar é composto de 15 ministros, dos quais cinco são civis, quatro oriundos do Exército, três da Aeronáutica e três da Marinha.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Medida provisória tranca pauta

14h A pauta está trancada pela medida provisória (MP 473/09) que abre crédito extraordinário de R\$ 742 milhões aos ministérios da Agricultura, da Educação, da Saúde, dos Transportes e da Integração Nacional.

Presidência Deliberações começam às 16h

16h O senador José Sarney preside as votações previstas para a sessão plenária.

CCT Mudança nas frequências de rádio

8h30 A comissão debate alteração nas faixas de frequência de rádio, tema de consulta da Anatel. Participam o conselheiro da agência Jarbas Valente; o presidente executivo da Associação Brasileira de TV por Assinatura, Alexandre Annenberg; o diretor-executivo da Associação de Operadoras de Sistemas MMS, Carlos André de Albuquerque; e o presidente da Associação Nacional das Operadoras Celulares, Luiz de Melo Júnior.

CRE Seminário discute revisão de tratado

Seminário da Comissão de Relações Exteriores sobre a revisão do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares. Entre os convidados, o embaixador Sérgio Duarte Queiroz; o chefe da Divisão de Desarmamento e Tecnologias Sensíveis do Ministério das Relações Exteriores, ministro Santiago Irazabal Mourão; e o presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear, Odair Dias Gonçalves.

CDH Adoção de crianças haitianas

10h A adoção de crianças haitianas por brasileiros será discutida na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa pelo embaixador do Haiti no Brasil, Idalbert Pierre-Jean; o senador Aloizio Mercadante (PT-SP); os deputados Francisco Rossi e João Matos; a vereadora de Osasco (SP) Ana Paula Rossi; e a procuradora de Justiça do Ministério Público do Rio de Janeiro Lúcia Maria Teixeira Ferreira.

CCJ Pena maior para concorrência desleal

10h Projeto que amplia a pena para crimes de concorrência desleal está na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. O texto altera a lei que regula os direitos e obrigações relativos à propriedade industrial (Lei 9.279/96).

CE Educação básica em discussão

10h A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) realiza debate sobre a situação da educação básica com a presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação, Yvelise Arco-Verde; a secretária de Educação do Ceará, Maria Izolda Coelho; a coordenadora de Programas de Apoio Educacional do Mato Grosso do Sul, Lazara Lopes da Costa; e o secretário-adjunto de Educação do Rio Grande do Sul, Paulo Rezende.

CAS Aposentados na pauta

11h Três projetos referentes aos aposentados integram a pauta de 20 itens da Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Um deles trata da contribuição previdenciária do aposentado que voltar a trabalhar e os demais disciplinam a liberação do FGTS e o empréstimo consignado para aposentados.

CDR Garantia-Safra para o Centro-Oeste

11h Projeto que estende o benefício Garantia-Safra a pequenos agricultores na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) que tiveram perda ou redução na safra agrícola, em razão de seca ou chuvas, está na pauta de hoje da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

CPI do MST Debate sobre pesquisas agrícolas

14h A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do MST promove hoje debate com a presença dos representantes da Fundação de Estudos e Pesquisas Agrícolas e Florestais, Edivaldo Domingues Velini, e do Centro de Formação e Pesquisa Contestado, Salette Carollo.

Mercosul Dois requerimentos em discussão

14h30 A reunião da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul analisa dois requerimentos: o que pede um debate sobre o reconhecimento no Brasil de títulos acadêmicos oriundos dos demais países do bloco; e o que propõe seminário com a participação de representantes de jardins botânicos dos países que integram o Mercosul, em parceria com o Jardim Botânico de Brasília.

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no **Jornal do Senado** pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

Representação analisa acordo com Paraguai sobre Itaipu

O acordo político firmado com o Paraguai em julho do ano passado, que triplica o pagamento feito pelo governo brasileiro pela utilização da energia da usina hidrelétrica binacional de Itaipu, passa hoje pelo seu primeiro teste no Congresso Nacional. A mensagem que submete ao Legislativo as "notas reversais" mediante as quais se autoriza o aumento do pagamento será analisada, a partir das 14h30, pela Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul.

Atualmente, o Paraguai recebe US\$ 120 milhões por ano pela cessão ao Brasil da energia de Itaipu que não utiliza para seu próprio consumo. Com o acordo, o país vizinho terá direito a mais US\$ 240 milhões

a cada ano, por meio da ampliação do chamado "fator de multiplicação" utilizado para o cálculo do valor a ser pago, de 5,1 para 15,3.

O relator, deputado Dr. Rosinha (PT-PR), ex-presidente do Parlasul, recorda que a elevação do pagamento vem acompanhada de importantes concessões do lado paraguaio: a regularização fundiária de agricultores de origem brasileira no Paraguai e a regularização migratória de brasileiros que vivem naquele país. Caso seja aprovada, a mensagem passará a tramitar na Câmara dos Deputados. A aprovação do acordo é tão importante para o Paraguai que uma delegação do país vizinho já visitou a Câmara no início deste ano.

Mesquita Júnior sugere comissão sobre migrantes no Parlasul

Milhões de brasileiros, paraguaios, uruguaios e argentinos moram fora de seus países de origem, grande parte como clandestinos. Por isso, Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) vai propor ao Parlamento do Mercosul a criação da Comissão para Assuntos dos Migrantes do Mercosul.



Mesquita Júnior: situação de clandestinos é preocupante

O senador disse ter "assistido emocionado" a depoimentos gravados de pessoas que estão morando fora de seu país de origem, em reunião da Comissão de Direitos Humanos do Parlasul.

– Na Itália, por exemplo, a situação complicou-se depois que o governo propôs, e o Parlamento aprovou, medidas severíssimas contra pessoas de outros países que lá se encon-

tram buscando a sobrevivência, após deixarem seus países por não encontrarem condições satisfatórias de vida – disse.

A comissão proposta por Mesquita Júnior trataria exclusivamente de questões de interesse dos migrantes, como a remoção dos obstáculos que impedem sua regularização nos países que escolheram para viver e trabalhar.

O senador destacou que os migrantes, incluindo os clandestinos, são responsáveis pela remessa de bilhões de dólares para seus respectivos países de origem. Mas esses trabalhadores, muitas vezes, enfrentam sérios problemas até para efetuar esses repasses.

Mozarildo pede solução para caminhoneiros presos

Sete caminhoneiros brasileiros estão presos há mais de dez dias no presídio de Guaiaparo, na Venezuela, sob a acusação de que as empresas transportadoras não pagaram o imposto devido. Ao fazer a denúncia ontem, o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) cobrou do Ministério das Relações Exteriores uma solução imediata para o problema.



Mozarildo acusa governo de desinteresse no caso

– Enquanto o governo manda helicópteros para pegar reféns das Farc [Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia], não toma nenhuma atitude para libertar brasileiros presos em condições subumanas. Talvez não seja tomada nenhuma atitude séria em virtude de

Roraima ser um estado pequeno para interessar à nossa chancelaria, ao ministro Celso Amorim e ao presidente Lula – disse Mozarildo.

A Federação do Comércio de Roraima pediu a intervenção do senador para cobrar uma atitude do governo. Em ofício, a entidade informa que os caminhoneiros presos atuavam legalmente e costumavam transportar calcário e carvão mineral no trajeto Venezuela-Brasil.

Mozarildo vai chamar representantes do Itamaraty para explicar na Comissão de Relações Exteriores os motivos para o governo ainda não ter iniciado gestões para libertá-los.

Ministro das Relações Exteriores argumenta, em debate na CRE, que isolamento e sanções ao país podem trazer prejuízos principalmente para população pobre



Celso Amorim (à esquerda, com Eduardo Azeredo) defendeu posições do governo criticadas por senadores de oposição

Amorim ainda acha possível acordo sobre a crise do Irã

O MINISTRO DAS Relações Exteriores, Celso Amorim, afirmou aos senadores, em audiência pública na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), que ainda é possível um acordo entre a Agência Internacional de Energia Atômica (Aiea) e o governo do Irã sobre o seu programa nuclear, o que evitará a imposição de novas e mais severas sanções econômicas, desta vez com apoio da Organização das Nações Unidas.

Se as sanções se confirmarem, o presidente iraniano Mahmoud Ahmadinejad "ficará isolado e haverá uma radicalização, inclusive com o apoio da oposição" no país, acrescentou Amorim.

– Tenho quase certeza que o Irã não renunciará ao seu programa de enriquecimento de urânio para fins pacíficos. É um país que tem enormes reservas de urânio. Além disso, não é proibido enriquecer urânio – sustentou.

Amorim disse aos senadores que, sem acordo e com radicalização, teme que ocorra com o Irã o mesmo que se deu com o Iraque sob Saddam Hussein.

– A população pobre é que

pagou o preço das sanções econômicas – afirmou.

Entretanto, o chanceler ponderou que o Irã "precisa cooperar o máximo possível".

25 erros

No debate, o líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), sustentou ser "uma ingenuidade achar que o Irã não quer produzir uma bomba atômica", contentando-se apenas com enriquecimento de urânio para fins medicinais. Ele apontou uma lista do que considera "25 erros" do governo Lula na política externa, dando destaque à "aproximação com ditaduras notórias", citando Irã, Coreia do Norte, Cuba e Venezuela.

Virgílio também criticou a posição no caso da destituição do presidente Manuel Zelaya, de Honduras, observando que "até hoje o Brasil está enrascado" no caso, sem reconhecer o novo presidente eleito, Porfírio Lobo.

Os senadores Heráclito Fortes (DEM-PI) e João Tenório (PSDB-AL), autores dos requerimentos de convite ao ministro, também questionaram a aproximação

com o governo do Irã. Tenório disse duvidar "das convicções do governo brasileiro de que o Irã não quer fabricar sua bomba atômica". Já Flexa Ribeiro (PSDB-PA) criticou as concessões que o governo Lula fez ao presidente Fernando Lugo, do Paraguai, ao renegociar preços da energia de Itaipu vendida ao Brasil.

A audiência pública contou com a presença de quase todos os senadores da CRE. O próprio presidente da comissão, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), questionou o chanceler sobre a necessidade de se criar sete novas embaixadas em "pequenas ilhas do Caribe" entre as 35 novas representações.

Amorim argumentou que "cada país, por minúsculo que seja, tem nos organismos internacionais o mesmo voto de um Japão". O chanceler informou ainda que a abertura de embaixadas acaba gerando negócios com empresas brasileiras. Tasso Jereissati (PSDB-CE) disse que o Itamaraty estaria, então, instalando embaixadas por interesse puramente comercial de empresas privadas.



Para Arthur Virgílio (entre Flexa Ribeiro e Eduardo Suplicy), é uma ingenuidade achar que o Irã não quer construir a bomba

Imagem do país está sendo arranhada, diz Alvaro

Alvaro Dias (PSDB-PR) disse ontem que a política externa do governo Lula é equivocada, prevalecendo a ideologia sobre a diplomacia, e contraria a tradição diplomática brasileira de respeito aos direitos humanos, prejudicando a imagem do país no exterior. Ele fez a afirmação ao comentar a audiência pública com o chanceler Celso Amorim

na Comissão de Relações Exteriores. O senador classificou como "disfunções da política externa" a postura assumida pelo país em contraste com outros 25 países favoráveis à resolução da Agência Internacional de Energia Atômica que condenou o Irã por enriquecer urânio em segredo. Alvaro Dias lembrou que o Brasil se absteve nessa

questão, juntamente com Paquistão, Afeganistão, Turquia, Egito e África do Sul, enquanto Venezuela, Cuba e Malásia votaram contra a resolução.

– Ao analisar esse fato pontual temos condições de verificar de que lado está o Brasil com a política diplomática que vem adotando no concerto internacional – disse Alvaro Dias.

Normas para operações de crédito

O Plenário deve examinar, em regime de urgência, projeto de resolução que visa racionalizar a tramitação das operações de crédito não sujeitas a autorização específica do Senado. Foi o que decidiu ontem a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O autor da proposta, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), explicou que a alteração na Resolução 43/01, do Senado, estabelece prazos de validade para a verificação de limites e condições – prevista no artigo 32 da Lei Complementar 101/00 – compatíveis com os prazos de autorização já estabelecidos pela resolução. O relator, Eliseu Resende (DEM-MG), deu parecer favorável.

Suplicy sugere à CAE debater o Censo 2010

Retrato da população brasileira e de suas características socioeconômicas, o 12º Censo Demográfico, que começa em agosto, será debatido em audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE), com a presença do presidente do Instituto de Geografia e Estatística (IBGE), Eduardo Pereira Nunes.

Por sugestão do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), o debate também vai analisar a fase preparatória do censo, iniciada ainda em 2007 e intensificada a partir de 2008.

A coleta de informações deve começar em 1º de agosto e a divulgação dos primeiros resultados está prevista para o mês de dezembro.

Isenção do IPI para carro pode ser ampliada

A isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na compra de carros de passeio nacionais, concedida desde 1995 às pessoas com deficiência física, pode ser estendida àquelas que têm deficiência auditiva, segundo projeto na pauta da CAE da próxima terça-feira, prometeu ontem o presidente da comissão, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN).

A defesa da proposta (PLS 646/07) foi feita ontem por seu autor, o senador Marcelo Crivella (PRB-RJ). Ele considerou incoerente que somente os deficientes auditivos não sejam beneficiados pela isenção, “uma vez que sua dificuldade de integração à sociedade é penosa e notória”.

Pelo projeto, aprovado em decisão terminativa na Comissão de Educação, equipamentos usados na prática de esporte de aventura ou radical seguirão normas de segurança definidas pela entidade nacional de administração do desporto



Ao lado de Garibaldi, Fátima Cleide preside reunião da CE. Efraim Morais (E), autor da proposta, e Flávio Arns, que ressaltou acidentes na prática de esportes radicais

Esportes radicais devem ganhar regulamentação

A PRESTAÇÃO DE serviços que ofereçam a prática de esporte radical ou de aventura deverá ser condicionada à comprovação de qualificação de instrutores e profissionais responsáveis pela preparação de locais e operação de equipamentos. A obrigatoriedade está prevista no Projeto de Lei do Senado (PLS) 403/05, do senador Efraim Morais (DEM-PB), que foi aprovado ontem, em decisão terminativa, pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Segundo o projeto, que teve como relator o senador Raimundo Colombo (DEM-SC), “os equipamentos a serem utilizados na prática de esporte de aventura ou radical deverão seguir normas de segurança definidas pela entidade nacional de administração do desporto”.

Benefício para catador de marisco na época do defeso

Trabalhadores que exercem atividades como coleta e processamento de caranguejos, mariscos ou algas, bem como produção e reparo de insumos necessários à pesca, poderão ter direito ao seguro-desemprego durante o defeso (período em que a pesca é proibida). O benefício está previsto em projeto (PLS 238/05) do senador Valdir Raupp (PMDB-RO) aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A concessão do benefício atualmente é restrita ao pescador artesanal.

O texto também inclui aqueles trabalhadores entre os segurados obrigatórios do Regime Geral de Previdência Social, na categoria de segurados especiais. O relator, senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), considerou que o tratamento de segurados obrigatórios dados aos trabalhadores se insere no esforço governamental de inclusão previdenciária.



Valadares avalia que projeto contribui para inclusão previdenciária

tração do desporto”. O senador Flávio Arns (PSDB-PR) recordou que o projeto foi apresentado depois da ocorrência de graves acidentes na prática de esportes considerados de aventura ou radicais. Romeu Tuma (PTB-SP) previu que a futura entrada em vigor das novas normas “dará mais tranquilidade aos pais que autorizam os seus filhos a praticar esses esportes”.

Aprovações

A comissão também aprovou, em decisão terminativa, sete projetos de lei que autorizam o Poder Executivo a estabelecer ou ampliar unidades de ensino. Também em caráter conclusivo, a CE aprovou o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 148/09, que confere ao município de Ipê (RS)

o título de Capital Nacional da Agricultura Ecológica, e o PLS 437/08, de Eduardo Azeredo (PSDB-MG), que inclui o nome do ex-vice-presidente Pedro Aleixo – impedido de assumir a Presidência da República em 1969, pelo regime militar – entre os ex-presidentes do país.

Foi também aprovado em decisão terminativa o PLS 23/10, de Eduardo Azeredo, que denomina Avenida de Integração Prefeito Olavo de Matos o trecho da rodovia BR-259 que liga os municípios de Curvelo e Inimutaba, em Minas Gerais. A CE aprovou ainda o substitutivo da Câmara ao PLS 241/99, do então senador Moreira Mendes, sobre a criação de selo comemorativo da Semana Nacional da Criança com Deficiência Intelectual.



Tasso Jereissati (de pé, com Heráclito Fortes) propôs leque maior de atividades

Novas regras para funcionamento de fundações passam na CAE

Projeto que amplia o rol de finalidades para as quais as fundações podem ser constituídas e que prevê a remuneração de seus dirigentes foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A proposta (PLS 310/06), apresentada pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), altera o Código Civil (Lei 10.406/02) e terá decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

De acordo com o projeto, poderão ser constituídas fundações voltadas à assistência social; cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico; educação; saúde; defesa, preservação e conservação do meio ambiente; pesquisa e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos; promoção da ética, da cidadania, da democracia e dos direitos humanos; e finalidades religiosas.

Papaléo cobra nomeação de aprovados na Polícia Federal

Papaléo Paes (PSDB-AP) cobrou ontem a nomeação de 74 candidatos aprovados em todas as fases de concurso para agente da Polícia Federal, de 2009. Um dos obstáculos ao aproveitamento dos habilitados, segundo o senador,

estaria no gabinete da própria superintendência da PF.

Para o senador, a convocação desses candidatos torna-se indispensável para melhorar o desempenho da PF, “que convive hoje com a falta de mais de 1.700 agentes”.

Comissão aprova Agência para a Avaliação Escolar

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou ontem o Projeto de Lei do Senado 257/08, de Cristovam Buarque (PDT-DF), que autoriza o Poder Executivo a criar a Agência Nacional para a Avaliação Escolar.

O objetivo da agência é “implementar processos de avaliação da educação básica, assim como controlar, vigiar e fiscalizar os gestores do sistema educacional”. O projeto ainda será examinado, em decisão terminativa, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Segundo o autor, o projeto destina-se a estabelecer uma “agência independente do Poder Executivo”, para levar adiante a tarefa de avaliação da educação básica. A relatora do projeto, senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), lembrou, por sua vez, que os diretores da futura agência terão de ser aprovados pelo Congresso.

Alfabetização

A CE também aprovou em decisão terminativa o PLS 309/06, igualmente de Cristovam Buarque, que assegura aos governos estaduais e municipais, além do Distrito Federal, a utilização de salas de aula por turmas de alfabetização de jovens e adultos. A autorização estende-se a entidades da sociedade civil.

O texto aprovado foi um substitutivo elaborado pela CCJ, segundo o qual a União repassará aos estabelecimentos de ensino que cederem as suas instalações “os recursos financeiros necessários ao ressarcimento das despesas correntes”.

– Esse projeto abre uma avenida enorme para acabar com o analfabetismo no Brasil – celebrou Romeu Tuma (PTB-SP), relator da matéria.

A comissão aprovou ainda, em decisão terminativa, o PLS 327/05, de Pedro Simon (PMDB-RS), que faculta atribuir aos conselhos estaduais, municipais e distrital de educação as competências do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb e do Conselho de Alimentação Escolar. O projeto teve Cristovam Buarque como relator.

Maciel destaca índices econômicos, mas alerta para inflação

O senador Marco Maciel (DEM-PE) traçou um panorama das expectativas para a economia brasileira no futuro próximo. Ele citou trechos de recente editorial do jornal *O Estado de S. Paulo* sobre a possibilidade de a inflação subir acima do limite superior da meta inflacionária prevista pelo Banco Central (BC) para 2010.

Maciel também comentou um relatório apresentado pelo diretor de Política Econômica do BC, Carlos Hamilton Araújo, que traz a expectativa de elevação dos juros básicos devido às pressões inflacionárias.

Mas os números da economia brasileira ainda são favoráveis, acrescentou o senador, pois o governo não teve de praticar grandes intervenções para frear os efeitos negativos da crise financeira internacional.

A estabilidade e a segurança econômicas do Brasil, continuou Maciel, tiveram como alicerces o Plano Real (que vai completar 16 anos), a Lei de Responsabilidade Fiscal e o chamado Proer, que ajudou a estabilizar o sistema financeiro nacional.

O senador registrou que o BC elevou de 4,6% para 5,2% a inflação prevista para 2010 e de 4,3% para 4,9% a de 2011. Além disso, o déficit projetado para 2010 subiu de R\$ 40 bilhões para R\$ 49 bilhões. Ele também ressaltou que o saldo da balança comercial em março de 2010 foi o mais baixo para esse mês desde 2002.



Waldemir Borges

Banco Central elevou percentual previsto para inflação para 2010, diz Marco Maciel

CNI entrega ao Congresso sua Agenda Legislativa para 2010

Pelo 15º ano consecutivo, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) entregou ontem ao Congresso a Agenda Legislativa da Indústria. O documento reúne 117 matérias que garantem “competitividade ao parque produtivo nacional e consolidam um ambiente regulatório favorável aos negócios”.

A CNI deu prioridade a uma pauta mínima, com 20 matérias, que podem ser votadas ainda este ano. Entre essas, 12 já faziam parte da Agenda Legislativa da Indústria do ano passado. Para o presidente da CNI, deputado Armando Monteiro (PTB-PE), o importante é que o setor produtivo emita um sinal para o Congresso sobre as matérias que gostaria de ver aprovadas ou rejeitadas.

A pauta mínima inclui, entre outros itens, a regulação da exploração de petróleo e gás na área do pré-sal (PL 5.938/09); as micro e pequenas empresas (PLP 467/09); o controle do gasto público com a extinção do fator previdenciário (PLS 296/03); a reformulação do Código Florestal (PL 1.876/99); e a extinção da contribuição adicional de 10% sobre os depósitos no FGTS (PLP 378/06).

Em debate no Senado, representante do Tribunal de Contas da União diz que é comum projetos serem feitos às pressas, até para economizar tempo na construção, a seu ver, “uma receita infalível para problemas futuros”



Pedro Paulo Piovesan (E), Clóvis Bueno, senador Renato Casagrande, André Luiz Mendes e Silvio Mourão

Falta qualidade a projetos de obras públicas, advertem especialistas

“A ORIGEM DOS problemas nas obras públicas está na falta de qualidade dos projetos”, afirmou ontem o secretário de Fiscalização de Obras do Tribunal de Contas da União (TCU), André Luiz Mendes.

O secretário foi um dos quatro convidados na audiência pública realizada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) para discutir os parâmetros de preços utilizados para as obras públicas.

André Luiz Mendes explicou aos membros da CMA que é comum os projetos básicos de obras serem feitos às pressas, até mesmo para economizar tempo na construção. Mas tal pressa, a seu ver, “é receita infalível para problemas futuros com essas obras”.

– Aqueles seis meses que se adianta vão custar, muitas vezes, dois anos de problemas futuros. É preciso melhorar a qualidade dos projetos – afirmou Mendes.

Nessa mesma linha, o vice-presidente do Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas (Ibraop), Pedro Paulo

Piovesan de Farias, disse que são dois os grandes problemas nas obras públicas no Brasil: o planejamento inadequado e o desmantelamento por que estariam passando as unidades de engenharia do setor público nas últimas décadas.

– Temos, no país, projetos bastante simplistas, que nem contam com engenheiros para elaborá-los. É indispensável que haja profissional habilitado, inclusive fazendo orçamento de obras – assinalou o representante do Ibraop.

Metodologias

O secretário de Fiscalização de Obras do TCU explicou que as duas principais metodologias usadas no Brasil para levantamento de insumos e preços são o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (Sinapi), utilizado pela Caixa Econômica Federal, e o Sistema de Custos Rodoviários (Sicro), adotado pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit).

O funcionamento desses sistemas foi explicado pelos outros dois convidados para o debate: o gerente nacional de

Gestão, Padronização e Normas Técnicas da Caixa Econômica Federal, Clóvis Marcelo Dias Bueno; e o coordenador-geral de Custos de Infraestrutura do Dnit, Silvio Figueiredo Mourão.

Clóvis Bueno observou que qualquer cidadão tem acesso, pela página da Caixa (caixa.gov.br), ao Sinapi, que faz o levantamento de insumos e preços mensalmente, em todas as capitais brasileiras, com a ajuda do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

– Pesquisamos 5.200 itens mensalmente até o dia 15 de cada mês e os dados são divulgados até o décimo dia subsequente – disse o representante da Caixa, para quem esses dados ajudam na definição de repasses para a execução de obras públicas em todo o Brasil.

Já Silvio Mourão destacou que a “alma” dos relatórios de custos do Sicro são as chamadas composições unitárias, um documento com toda a relação dos insumos utilizados em cada obra, desde a mão de obra até os equipamentos necessários para compor um determinado serviço.

Planejamento ajuda a reduzir custos e combater irregularidades

As obras públicas devem ter projetos básicos de qualidade. Também é necessária a criação de uma unidade para coordenar os diversos sistemas que fixam preços para as obras, além de aprimorar de forma contínua esses sistemas. Essas foram algumas das observações feitas pelos senadores que participaram do debate de ontem.

O secretário de Fiscalização de Obras do TCU, André Luiz Mendes, atribuiu o

grande número de irregularidades em obras públicas aos projetos mal elaborados.

Mendes informou que cerca de 80% dos projetos são “rudimentares e sem qualidade ou não estão de acordo com a legislação”. As deficiências exigem adequações, o que pode gerar negociações diretas entre o executor e o poder público devido às alterações no projeto inicial, ressaltou. Em sua opinião, um

projeto básico bem elaborado pode ser definitivo.

O gerente nacional de Gestão, Padronização e Normas Técnicas da Caixa Econômica Federal, Clóvis Marcelo Dias Bueno, informou que cerca de 10% dos municípios têm apenas um engenheiro ou arquiteto em seu quadro de pessoal. Essa realidade, ressaltou o especialista, dificulta o encaminhamento técnico dos projetos.

Senadores recomendam orientar prefeitos

Jefferson Praia (PDT-AM), que sugeriu a realização do debate, considerou importante orientar os gestores públicos, especialmente os prefeitos, para que as obras sejam realizadas com melhor planejamento, embora muitas vezes a demanda da sociedade seja urgente. Na avaliação do senador, as obras públicas devem ser realizadas com maior eficiência e melhor aproveitamento dos recursos públicos.

O presidente da CMA, Renato Casagrande (PSB-ES), observou que o planejamento é importante para evitar que as obras sejam paralisadas por irregularidades. Quando o empreendimento começa de forma errada e tem a sua execução suspensa, observou o senador, dificilmente acontece sua retomada, o que gera prejuízos tanto à sociedade como ao erário.

Já o senador João Ribeiro (PR-TO) acredita que a carência de engenheiros

no quadro dos órgãos responsáveis causa morosidade na aprovação de projetos. Ele defendeu ainda a definição de critérios de formação dos preços das obras com observação das peculiaridades relacionadas ao tipo de empreendimento, bem como da região em que será executado.

César Borges (PR-BA) defendeu a qualificação do corpo técnico para que haja padronização da qualidade exigida nos projetos a serem executados pelo poder público.

– Queremos ver a obra feita, bem feita, em tempo hábil e com aproveitamento dos recursos públicos – disse o parlamentar.

Jayme Campos (DEM-MT), por sua vez, afirmou que, em algumas situações, a condenação das obras por parte do TCU tem motivação política. Não raro, disse o senador, o gestor precisa contratar consultores para fazer sua



J. Freitas

João Ribeiro: carência de engenheiros nos governos atrasa aprovação de projetos

defesa e provar que foi penalizado em razão de falhas técnicas ou imprevistos.

O debate do tema continua na próxima terça-feira, com a presença de representantes da Infraero; do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea); da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib); e do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada (Sinicon), entre outros órgãos.

Município pode ser prejudicado pela instalação de linhas de transmissão de energia. Senadores tentam articular mudança na localização da obra

Senadores querem evitar prejuízos a Chapadão do Sul

A COMISSÃO DE Agricultura e Reforma Agrária (CRA) discutiu ontem os prejuízos que as linhas de transmissão de eletricidade programadas para serem instaladas no município de Chapadão do Sul (MS) podem impor à agricultura e à economia locais.

O presidente da comissão, Valter Pereira (PMDB-MS), anunciou para esta semana ainda uma reunião com os envolvidos.

Delcídio Amaral (PT-MS) ressaltou a necessidade de se realizar a reunião no menor tempo possível. Caso isso não

seja feito, as obras da instalação das linhas de transmissão e da subestação coletora de energia poderão estar em tal estágio que não será possível mudar sua localização.

A audiência foi pedida por Valter Pereira e contou com a participação de Mauricio Tolmasquim, presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE); de Carlos Alberto Negreiros Said de Menezes, secretário de Meio Ambiente, Planejamento e Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul; de Adilson Sincotto Rufato, assessor da



Valter Pereira (C) cumprimenta Delcídio Amaral durante reunião da Comissão de Agricultura com especialistas em energia

Superintendência de Concessões e Autorizações de Linhas de Distribuição da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel); e Elo Ramiro Loeff, delegado do Sindicato Rural de Chapadão do Sul e ex-prefeito do município. Loeff apresentou dados sobre a importância da lavoura para o município, mas pediu que o produtor rural Darci Rui Borgelt apresentasse os estudos que

preparou e afirmou que, com as linhas de transmissão cortando as plantações, será impossível fazer a pulverização.

O presidente da EPE afirmou que as linhas foram planejadas para interligar as pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) e as usinas de biomassa licitadas na região à subestação coletora. A localização da subestação foi escolhida pela proximidade a

outra subestação já existente, da Eletrosul, que permitiria a interligação com o restante do país.

Marisa Serrano (PSDB-MS) disse ser a primeira vez que vê uma linha de transmissão ser contestada em todo o seu trajeto.

Para Valter Pereira, "a falta de comunicação, de transparência, é que está levando o produtor a uma situação de inquietação".

Crivella defende proposta que incentiva reutilização da água

As águas das chuvas, que às vezes causam tragédias como a vivida nesta semana pela população do Rio de Janeiro, podem trazer benefícios à sociedade, com sistemas de captação para estocagem e uso na irrigação de jardins e na lavagem de carros e calçadas. O ponto de vista foi defendido ontem por Marcelo Crivella (PRB-RJ), ao pedir à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) a aprovação do PLS 154/09, de sua autoria. O exa-



Marcelo Crivella

me do projeto, em caráter terminativo, está previsto para terça-feira.

A proposta cria o Fundo Nacional de Reutilização de Águas (Funreágua), visando desenvolver tecnologias adequadas para o reaproveitamento de água. Esse fundo teria a função também de assegurar a aquisição, a instalação, a conservação, a ampliação e a recuperação de sistemas de reutilização de água em edificações.

César Borges saúda regra para comercialização de energia

Cesar Borges (PR-BA) saudou a edição do Decreto 7.129/10, que regulamenta a comercialização de energia elétrica entre a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf) e as empresas eletrointensivas que atuam na região Nordeste, em especial na Bahia.

O decreto, que prorroga o aditamento de contratos de fornecimento de energia até 30 de junho de 2015, regulamenta



César Borges

a Lei 11.943/09, oriunda da MP 450/08, relatada por César Borges.

A prorrogação dos contratos com a Chesf, explicou César Borges, faz-se necessária porque a ampliação da oferta regional de energia a preços competitivos não se desenvolveu e nem ocorreu a esperada integração dos chamados submercados, em que se poderia comprar energia garantida de outros mercados.

Projeto da CPI da Pedofilia cria policial infiltrado

A CPI da Pedofilia aprovou ontem uma nova proposta para combater esse tipo de crime. O projeto de lei da CPI cria a figura do agente policial infiltrado em redes virtuais. Isso permitirá ao policial ter autorização para entrar em sites e salas de bate-papo na internet, disfarçado de criança ou de pedófilo, para ter acesso a arquivos contendo imagens de pedofilia. A identidade do agente será mantida em sigilo, sendo conhecida somente pelo juiz encarregado do caso, pelo promotor do Ministério Público e pelo delegado responsáveis pelo inquérito, que terão acesso ao número de celular do agente e a detalhes de seus procedimentos.

—O projeto dará possibilidade de punição àqueles que cometem a pedofilia virtual, seja pela troca de e-mails ou imagens de

pedofilia — explicou Rogério de Mello Gonçalves, consultor legislativo, que ajudou a CPI na elaboração da proposta. A medida será agora encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Arapiraca

Sobre o caso de pedofilia na cidade de Arapiraca (AL), envolvendo o monsenhor Luiz Marques Barbosa e dois padres, foram convocadas diversas pessoas, entre testemunhas e vítimas, que serão ouvidas naquela cidade nos dias 16, 17 e 18 deste mês: Anderson Silva, Cícero Flávio Vieira Barbosa, Fabiano Ferreira, José Alexandre Bezerra, José Reinaldo Bezerra, Joao Ferreira Santos, Maria Isabel dos Santos, Lenilton Tenório, Ednaldo Santos e três menores envolvidos no caso.

Também foram convocadas

as delegadas encarregadas do caso, Bárbara Arraes Monteiro e Maria Angelita.

O presidente da comissão, Magno Malta (PR-ES), ressaltou que o caso obrigou o papa Bento 16 a se manifestar pela primeira vez sobre a existência de pedofilia no Brasil. Malta parabenizou o Ministério Público de Alagoas, que já possui experiência em casos dessa natureza, por sua atuação.

Romeu Tuma (PTB-SP) ressaltou que a Igreja Católica, enquanto instituição, não pode ser responsabilizada pela conduta daqueles que, em seu nome, praticam crimes.

Já Papaléo Paes (PSDB-AP) parabenizou Magno Malta pelo trabalho "árido e difícil de ser executado" à frente da CPI e pelo enquadramento legal dos responsáveis por crimes de pedofilia que já obteve.



Magno Malta (D) preside reunião da CPI da Pedofilia, ao lado de Romeu Tuma e Papaléo Paes

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Serys Slhessarenko • Papaléo Paes • Jefferson Praia • Mão Santa

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Cíntia Sasse, Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva, Ronaldo S. Alves e Osmar de Jesus Miranda
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

As áreas e os biomas destruídos por ação predatória podem ser incluídos no rol de ações de recuperação financiadas com recursos do Fundo Nacional de Meio Ambiente

Fundo deve também recuperar áreas degradadas

OS RECURSOS DO Fundo Nacional do Meio Ambiente poderão ser usados também para recuperação de áreas degradadas, conforme projeto aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Atualmente, os recursos desse fundo, instituído pela Lei 7.797/89, são aplicados em projetos relacionados a unidades de conservação da natureza; pesquisa e desenvolvimento tecnológico; educação ambiental; manejo e extensão florestal; desenvolvimento institucional; controle ambiental; e aproveitamento econômico sustentável

da flora e da fauna nativas.

Apresentado pelo senador Valter Pereira (PMDB-MS), o PLS 606/07 terá agora decisão terminativa da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). O relator, senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), disse que a recuperação de áreas degradadas – em especial as definidas pelo Código Florestal como de preservação permanente – é de fundamental importância para o desenvolvimento econômico sustentável.

A regeneração dessas áreas, sustentou Virgílio, contribui

para a qualidade da navegação fluvial e para o controle da erosão do solo e das enchentes, tanto em áreas rurais como urbanas. Os reflexos, conforme o parecer, podem ser percebidos nas atividades produtivas e no bem-estar da sociedade.

Valter Pereira, em seu projeto, aplaude as iniciativas de preservação previstas em diversas leis, como o Código Florestal. No entanto, considerou também necessário pensar na recuperação de biomas e áreas que sofreram destruição ao longo de séculos de ocupação predatória.



Garibaldi critica tratamento dado pelo governo federal à região Nordeste

Garibaldi sugere Bolsa Seca para socorrer produtores do NE

Para compensar os agricultores do Nordeste pela irregularidade no regime de chuvas na região, o senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) sugeriu ao governo federal a criação da Bolsa Seca, benefício previsto em projeto do próprio Garibaldi que tramita no Senado.

O senador frisou que o Nordeste não pode ser tratado “como sempre foi, de forma improvisada”. Segundo ele, as autoridades estão acostumadas com Brasília, onde as chuvas são constantes, e se esquecem do semiárido, que constitui 90% do território do Rio Grande do Norte, afirmou.

Garibaldi reconhece que a política assistencial do gover-

no minimiza as consequências sociais da seca, mas observou que o valor dos benefícios previdenciários são ainda mais irrisórios no Nordeste, uma vez que muitas pessoas não contribuíram para a Previdência Social, recebendo hoje apenas um salário mínimo a que fizeram jus devido à idade.

Em aparte, o senador Paulo Paim (PT-RS) manifestou apoio ao projeto de Garibaldi Alves Filho e ressaltou que a seca atinge hoje tanto o Nordeste como o Sul do país, sugerindo a criação de um fundo para compensar os agricultores pelos prejuízos provocados tanto pela seca quanto pelo excesso de chuva, que também é comum.



Regeneração de áreas degradadas tem efeitos positivos sobre a produção e o bem-estar social, afirma Arthur Virgílio

Centro-Oeste pode receber Garantia-Safra

O benefício Garantia-Safra, seguro monetário oferecido aos pequenos produtores nordestinos em casos de perda ou redução na safra agrícola gerada por seca ou excesso de chuvas, deve ser também estendido para a área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco).

É o que prevê projeto (PLS 547/09) da senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) a ser examinado pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) hoje. Ela entende que o Centro-Oeste deve fazer parte das políticas de redução das desigualdades socioeconômicas, já

que ainda enfrenta irregularidades em seu desenvolvimento.

Para a senadora, uma das políticas que se ajustam às necessidades da região é o benefício Garantia-Safra – que, como salienta, foi implantado ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso, então com o nome de Seguro-Safra.

Na sua avaliação, essa política vem ajudando os pequenos produtores rurais nordestinos e poderá ser igualmente útil para reduzir a pobreza e fortalecer a agricultura familiar no Centro-Oeste.

Marisa Serrano afirma que os agricultores familiares das duas

regiões enfrentam situações praticamente idênticas diante de quadros climáticos desfavoráveis, sendo produtores com baixa renda e pouca capacidade econômica para buscar uma recuperação.

– São pessoas que vivem do seu trabalho duro e que são arrastadas para uma situação de penúria incompatível com o sistema de proteção social que, entendemos, deva prevalecer no Brasil – argumenta a senadora.

Na CDR, o relator Gilberto Goellner (DEM-MT) é favorável à aprovação do projeto, que já passou pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Rosalba defende o perdão de dívida de pequenos agricultores

Rosalba Ciarlini (DEM-RN) manifestou seu apoio à medida provisória que anistia as dívidas bancárias de até R\$ 15 mil de pequenos e médios agricultores dos estados da região Nordeste. A senadora disse que esses agricultores estão angustiados, uma vez que mais um ano de chuvas irregulares se anuncia.

De acordo com a parlamentar, a região do semiárido – que ocupa mais de 90% do território de seu estado – enfrenta chuvas irregulares em oito de cada dez invernos. Ela defendeu medidas para aproveitamento da água

no subsolo, como também a ampliação de represas e projetos de irrigações.

Rosalba também apoiou a proposta, apresentada minutos antes por Garibaldi Alves (PMDB-RN), de se criar uma Bolsa Seca. Ela lamentou que a burocracia hoje impeça que os recursos para situações emergenciais cheguem às populações atingidas.

Em apartes, os senadores Paulo Paim (PT-RS), Cristovam Buarque (PDT-DF) e Garibaldi Alves apoiaram o pronunciamento de Rosalba.



Rosalba: semiárido enfrenta chuvas irregulares em oito de cada dez invernos

Serys homenageia 291 anos de Cuiabá



Serys Shessarenko

Serys Shessarenko (PT-MT) homenageou ontem a capital de seu estado, Cuiabá, que completará 291 anos amanhã. Ela disse que não mediu esforços em busca de recursos federais para a infraestrutura da cidade, em benefício de bairros importantes, que receberam verbas para drenagem e pavimentação.

Serys disse que foi a parlamentar que mais levou recursos individualmente, como resultado de emendas, para construção da Avenida das Torres, em Cuiabá, obra fundamental no tráfego na cidade. Essa avenida, informou, foi inaugurada na semana passada pelo prefeito Wilson Santos (PSDB). A senadora assegurou que não olha “a coloração partidária”; o importante, afirmou, “é a necessidade da população de Cuiabá”.

Para superar muitas das carências da capital de seu estado, ela destacou os investimentos do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) em Cuiabá, como a ampliação da rede de esgoto, que recebeu R\$ 250 milhões.

Resíduos sólidos preocupam Lúcia Vânia



Lúcia Vânia

Lúcia Vânia (PSDB-GO) elogiou a aprovação pela Câmara dos Deputados de substitutivo a projeto de lei do Executivo que cria a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Para a senadora, a proposta, votada em março passado, é fundamental para que o país disponha de uma base legal que irá favorecer a gestão do destino final e do tratamento do lixo urbano, que, em sua avaliação, constitui um dos principais problemas ambientais em todo o mundo. A matéria ainda será analisada pelos senadores.

Lúcia Vânia lembrou também dois requerimentos que apresentou à Mesa do Senado sobre a questão do lixo. O primeiro solicita ao Ministério das Cidades informações a respeito do programa Saneamento para Todos, especialmente sobre o apoio federal às ações de manejo de resíduos sólidos. O segundo requerimento, encaminhado ao Ministério da Saúde, pede à Fundação Nacional de Saúde dados sobre o mesmo programa, no que se refere aos municípios de até 50 mil habitantes.

Mário Couto quer paralisar votações



Mário Couto

Mário Couto (PSDB-PA) propôs que os senadores não votem qualquer matéria em Plenário até a Câmara apreciar os projetos que tramitam naquela Casa beneficiando aposentados e pensionistas. Ele se refere a propostas já aprovadas pelo Senado e enviadas à Câmara, como a que acaba com o fator previdenciário (PLS 296/03) e a emenda de Paulo Paim (PT-RS) ao projeto que reajusta aposentadorias e pensões pelo mesmo índice do salário mínimo (PL 01/07).

– Não se quer nada senão o direito dos aposentados – afirmou o senador.

Aprovada doação de objetos confiscados

Paulo Paim (PT-RS) comemorou ontem a aprovação, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados, de projeto apresentado por ele que permite a doação à população dos produtos apreendidos pela Polícia Federal, hoje destinados à incineração.

– Não estou falando de CDs ou de bebidas alcoólicas, mas de produtos que sejam de utilidade para o público, como roupas, sapatos e alimentos – disse.

A proposta, que agora voltará ao Senado, foi apresentada há 10 anos.



Paulo Paim

Cristovam pede eleição de espécie de "interventor" no DF

Os deputados distritais podem perfeitamente eleger um governador com características de interventor, que seja capaz de restabelecer a ordem no Distrito Federal. Este foi o apelo feito ontem pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF) aos distritais que elegerão, nos próximos 15 dias, o novo governador do DF.

– Que os deputados distritais nos deem um presente: escolham um governador interino para os próximos nove meses que seja capaz de fazer a faxina que nós estamos precisando – pediu.

Se as comemorações dos 50 anos de fundação de Brasília não puderem se constituir em "um momento glorioso", afirmou Cristovam, a culpa caberá principalmente aos líderes políticos da capital.

O senador lembrou que, também em outros estados, os eleitores "não têm sido felizes" em suas escolhas. Ele lamenta



Novo governador deve ser capaz de restabelecer a ordem, diz Cristovam

tou como a corrupção está se tornando corriqueira "e, pior, aceita com naturalidade", o que contribui para o desprestígio da classe política.

Contrário à ideia de intervenção federal no DF, Cristovam reiterou a importância de uma escolha correta, para que os brasileiros e os brasilienses tenham "a autoestima e o respeito" resgatados.

Se a escolha não for feita com o devido cuidado, passará a defender a intervenção, avisou.

Mão Santa diz que ex-governador do Piauí mentiu sobre aeroporto

O senador Mão Santa (PSC-PI) voltou a criticar o ex-governador do Piauí, Wellington Dias, do PT. Segundo ele, o ex-governador mentiu ao dizer que construiu um aeroporto internacional em Parnaíba. O senador disse que esteve presente à inauguração do aeroporto na década de 1970.

– O modelo daquele aeroporto é igual ao de Teresina. Trata-se de uma planta que parece um caixão. Os militares fizeram uns cem desses Brasil a fora. O governador coloca na televisão e o sul do Piauí pensa que ele fez. É igual, é a mesma planta de Teresina – afirmou.

Mão Santa assinalou que o balizamento do aeroporto de Parnaíba foi feito por ele quando governava o estado e que Wellington Dias apenas au-



Senador afirma que esteve presente na inauguração, na década de 1970

mentou em 400 metros a pista de decolagem.

De acordo com o senador, "com o novo governador, Wilson Martins, o povo piauiense pode ter alguma esperança". Mão Santa espera que Martins resgate os recursos da União destinados às obras no porto da cidade de Luiz Corrêa.

Relator, Delcídio apoia a capitalização da Petrobras

Senador é responsável por analisar, na CAE, o projeto do governo que prevê injeção de recursos na empresa para enfrentar desafio de explorar as novas jazidas do pré-sal

O SENADOR DELCÍDIO Amaral (PT-MS), relator na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) de um dos quatro projetos sobre o petróleo da camada pré-sal (PLC 8/10), defendeu ontem a necessidade de capitalização da Petrobras para a exploração dos novos campos petrolíferos.

– A Petrobras precisa da capitalização por uma razão muito simples: porque nós temos um programa de investimentos até 2014 e a Petrobras necessita de novos recursos para desenvolver o planejamento estratégico aprovado. Esse projeto de capitalização é muito importante – declarou o senador,



Delcídio: sistema de partilha vai funcionar

que ficou duas semanas se recuperando de dengue.

Sobre o PLC 16/10, que institui novas regras para distribuição dos royalties do petróleo e cria

o regime de partilha para exploração dos recursos do pré-sal, Delcídio afirmou que o sistema escolhido pelo governo federal, apesar das várias críticas, é um modelo que funciona.

Ele disse que o atual sistema de concessões trouxe avanços para o setor, mas apoiou a decisão do governo de modificar o marco regulatório.

– A decisão do governo brasileiro foi de ter controle das jazidas. Foi, mais do que nunca, de adotar um procedimento considerando essas novas jazidas do pré-sal como estratégicas – opinou.

Magno Malta volta a criticar Emenda Ibsen Pinheiro

O senador Magno Malta (PR-ES) voltou a criticar ontem a emenda aprovada pela Câmara ao projeto de redistribuição dos royalties do petróleo (PLC 16/10). A emenda, do deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), vincula os royalties aos fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM), retirando, para isso, receita dos estados produtores, como Espírito Santo e Rio de Janeiro, mesmo no caso de contratos já em vigor.

Para Magno Malta, a emenda é "eleitoreira e oportunista", já que não propõe sequer a divisão do petróleo – que é uma riqueza da nação –, mas sim da indenização devida aos estados e municípios produtores. Ele agradeceu ao senador Renato Casagrande (PSB-ES) pela oportunidade de assinar com ele e com Francisco Dornelles (PP-RJ) emenda apresentada ao projeto.



Matérias têm prazo constitucional a ser obedecido, lembra José Sarney

Sarney quer votar projetos do pré-sal antes das eleições

De volta ao Senado após a cirurgia a que se submeteu na semana passada, em São Paulo, o presidente José Sarney afirmou ontem que seu empenho agora está em apressar a votação de projetos que aguardam deliberação do Plenário, principalmente os do pré-sal.

– Vamos tentar votar as matérias antes das eleições, principalmente as referentes ao pré-sal, que têm prazo constitucional a ser obedecido. A primeira delas

entra na pauta do Plenário no dia 9 e começa a bloqueá-la no dia 19 – disse Sarney.

Na semana passada, encerrou-se o prazo de apresentação de emendas a todos os projetos do pré-sal. O primeiro por ordem de urgência constitucional é o PLC 309/09, que cria a Petro-Sal e, no dia 19, passa a trancar a pauta. Os outros três (PLCs 7/10, 8/10 e 16/10) serão incluídos na ordem do dia até 27 de abril, trancando a pauta a partir de 5 de maio.

Inkra libera recursos para o Acre, diz Viana



Tião Viana

Tião Viana (PT-AC) anunciou a visita do presidente do Inkra, Rolf Hackbart, ao Acre, amanhã, para empossar o novo superintendente regional do órgão, João Thaumaturgo Neto, e assinar convênios como o que prevê a aplicação de R\$ 74 milhões no fomento, apoio e incentivo à produção nos projetos de assentamento no estado.

Também serão investidos R\$ 10 milhões na compra de duas patrulhas mecanizadas, que, segundo o senador, vão assegurar a manutenção das estradas dos assentamentos.

Garibaldi defende regularização dos bingos

Legalizar a exploração do jogo de bingo e transformar a atividade em serviço público de competência dos estados e do Distrito Federal é o que estabelece projeto (PLS 359/07) do senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), que aguarda escolha de relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Garibaldi foi relator da CPI dos Bingos do Senado (2005-2006) e pediu pressa

na votação de sua proposta.

– A mera proibição dos bingos tem simplesmente alimentado a clandestinidade, com todas as deletérias decorrências que essa situação enseja e faz prosperar: os empregos tornam-se subempregos, não há tributos a recolher e o crime tende a buscar associação com tudo aquilo que não opera dentro dos parâmetros legais – opinou o senador Garibaldi Filho.